

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Santa Luzia do Pará**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Santa Luzia do Pará (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Santa Luzia do Pará, a taxa de pobreza manteve-se elevada no período analisado, iniciando com 72,3% em 2019 e variando pouco até 2021, quando registrou 71,9%. Contudo, em 2022, houve um salto significativo para 84,2%, seguido de uma queda expressiva para 61,1% em 2023. Na Região de Integração Rio Caeté, o comportamento foi similar, com estabilidade de 53,2% em 2019 para 52,6% em 2021, aumento acentuado para 70,5% em 2022 e redução para 53,7% em 2023. Já no estado do Pará, a taxa partiu de 42,1%

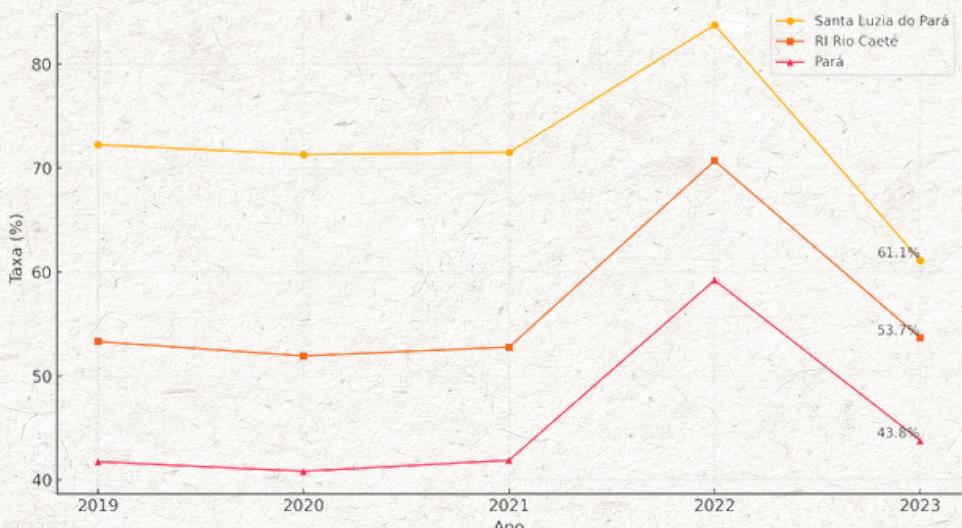
em 2019, permaneceu estável até 2021 (42,1%), subiu para 59,2% em 2022 e caiu para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

Esses dados sugerem que os efeitos da crise socioeconómica de 2022 impactaram severamente os três níveis territoriais, com recuperação parcial em 2023. O município de Santa Luzia do Pará, no entanto, manteve-se com os piores índices ao longo de todo o período, apontando maior vulnerabilidade social em relação à sua região de integração e ao estado como um todo (Gráfico 1).





Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

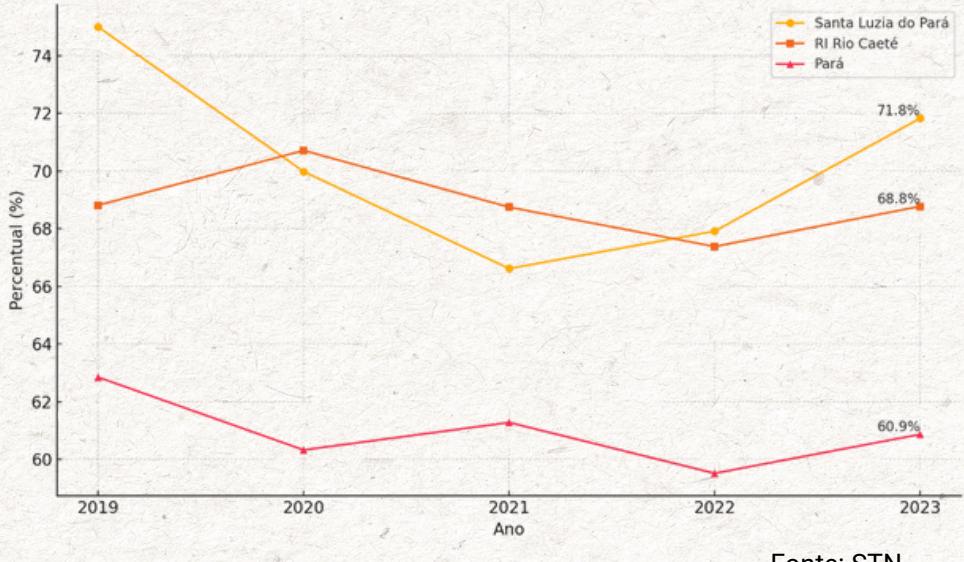
Em Santa Luzia do Pará, o percentual de despesas públicas voltadas a serviços essenciais apresentou uma trajetória oscilante. Em 2019, o município registrava um índice elevado de 74,9%, que caiu significativamente para 70,0% em 2020 e para 66,5% em 2021. Após essa redução, houve recuperação nos anos seguintes, com 67,8% em 2022 e um aumento expressivo em 2023, atingindo 71,8%. Apesar das oscilações, o município se manteve acima dos patamares estadual e regional ao longo de todo o período, o que evidencia uma priorização relativamente maior de recursos para áreas essenciais (Gráfico 2).

Na Região de Integração Rio Caeté, os per-

centuais variaram de forma mais estável, com 68,8% em 2019, aumento para 70,8% em 2020, e decréscimo nos anos seguintes: 68,9% em 2021, 67,5% em 2022 e novo avanço para 68,8% em 2023. O estado do Pará manteve os menores percentuais ao longo da série, variando de 62,7% em 2019 para um ponto mínimo de 59,4% em 2022, e recuperação para 60,9% em 2023. Essa comparação mostra que, apesar das flutuações locais, Santa Luzia do Pará manteve um esforço proporcionalmente mais alto de alocação de recursos públicos em serviços essenciais, em contraste com a tendência mais tímida observada no estado (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

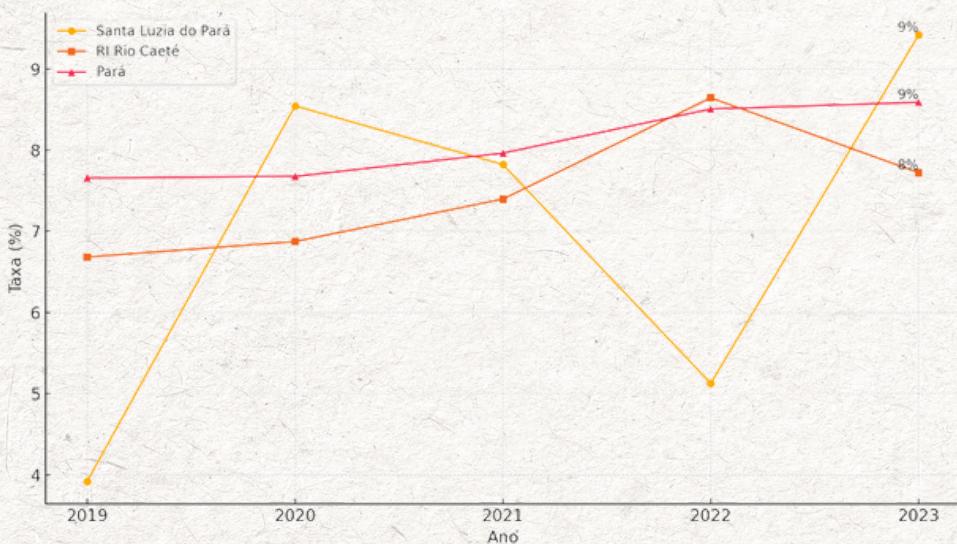
Em Santa Luzia do Pará, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer iniciou em 3,9% em 2019, saltou para 8,5% em 2020, apresentou leve queda para 7,9% em 2021 e atingiu o menor valor da série em 2022 (5,2%). No entanto, em 2023, houve novo aumento expressivo, alcançando 9,6%. A RI Rio Caeté teve crescimento mais gradual, de 6,7% em 2019 para 8,8% em 2022, com leve recuo para 8,0% em 2023. O estado do Pará manteve uma trajetó

tória mais estável, partindo de 7,7% em 2019 e chegando a 9,0% em 2023 (Gráfico 3).

O município apresenta forte oscilação, o que pode indicar instabilidade nos determinantes de saúde materno-infantil. Enquanto o Pará e a RI apresentaram crescimento contínuo ou leve oscilação, Santa Luzia teve flutuações abruptas, encerrando 2023 com o maior valor da série, acima das médias regional e estatal (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



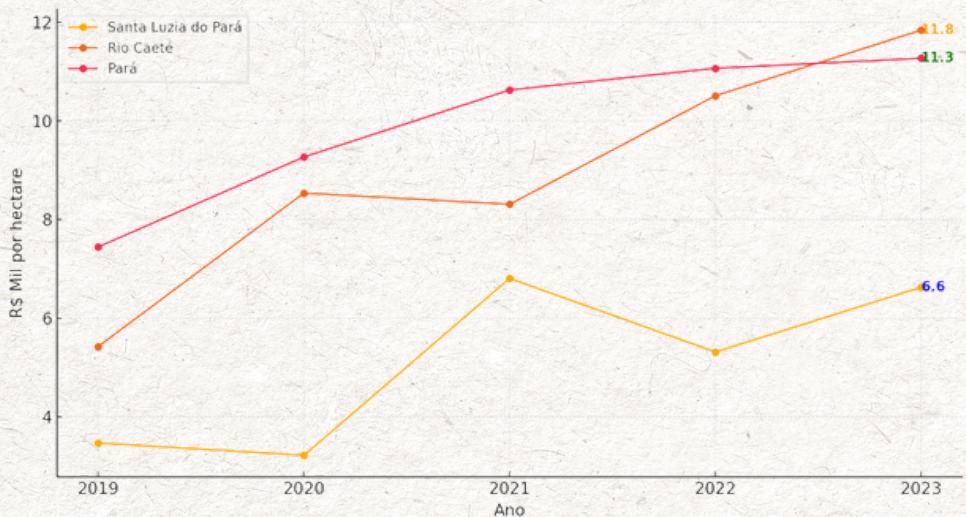
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Santa Luzia do Pará, a produtividade agrícola iniciou em R\$ 3,4 mil/hectare em 2019 e caiu para R\$ 3,1 mil/hectare em 2020. A partir de então, houve recuperação para R\$ 6,7 mil/hectare em 2021, queda para R\$ 5,3 mil/hectare em 2022 e nova alta para R\$ 6,6 mil/hectare em 2023. A RI Rio Caeté apresentou crescimento contínuo no período: R\$ 5,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,8 mil/hectare em 2023. O Pará também manteve tendência ascendente, passando de R\$ 7,5 mil/

hectare para R\$ 11,3 mil/hectare no mesmo intervalo (Gráfico 4).

Apesar das flutuações, o município demonstrou crescimento em relação a 2019, porém ainda apresenta produtividade significativamente inferior à região e ao estado. Essa discrepância evidencia a necessidade de investimentos em tecnologia, capacitação e infraestrutura rural para reduzir o gap de produção agrícola em Santa Luzia do Pará (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

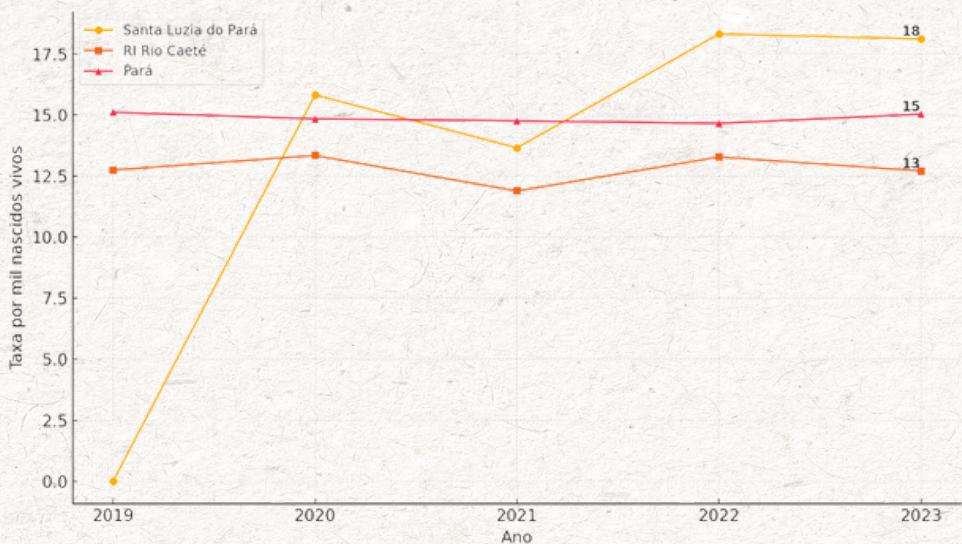
Em Santa Luzia do Pará, a taxa de mortalidade infantil era nula em 2019 (0,0), mas teve um aumento expressivo em 2020, chegando a 15,9 por mil nascidos vivos. Após uma ligeira queda para 13,6 em 2021, a taxa voltou a subir em 2022, atingindo o pico de 18,2, e se manteve nesse patamar em 2023 (18,0). Esse comportamento indica oscilações importantes e uma tendência de alta que difere significativamente dos padrões estadual e regional (Gráfico 5).

Na RI Rio Caeté, a taxa variou de forma mais estável, iniciando em 12,7 em 2019, alcançando 13,3 em 2020, recuando para 12,0 em 2021 e, após novo crescimento em 2022 (13,3), fechou 2023 em 13,0. Já o estado do Pará manteve uma trajetória quase linear, oscilando entre 15,1 em 2019 e 2020, caindo para 14,6 em 2021 e 2022, e voltando a 15,0 em 2023. Esses dados evidenciam que Santa Luzia do Pará apresenta desempenho significativamente pior que os demais recortes territoriais, especialmente nos anos finais da série (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

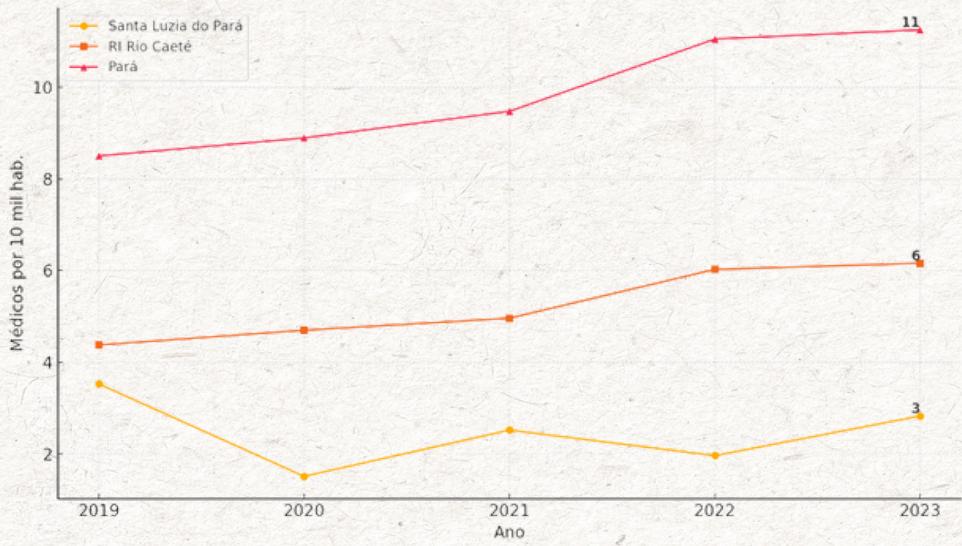
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Santa Luzia do Pará apresentou um número reduzido e bastante instável de médicos por 10 mil habitantes ao longo do período. Em 2019, contava com 3,5 médicos, mas o número caiu drasticamente para 1,5 em 2020. Em seguida, oscilou entre 2,5 em 2021, 2,0 em 2022 e voltou a 3,0 em 2023. Essa variação indica dificuldades na manutenção de profissionais médicos no município, o que pode impactar diretamente a qualidade da atenção básica e da saúde materno-infantil (Gráfico 6).

Na RI Rio Caeté, a disponibilidade de médicos foi mais consistente, partindo de 4,4 em 2019 e crescendo até 6,1 em 2023. Já no estado do Pará, o indicador subiu de 8,5 em 2019 para 11,1 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Essa diferença revela um cenário preocupante para Santa Luzia, que não apenas está abaixo da média estadual e regional, como também apresenta uma trajetória instável e aquém das necessidades mínimas de cobertura médica (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Santa Luzia do Pará iniciou o período com 251 vagas por mil habitantes em 2019, passou por uma leve redução para 239 em 2020 e apresentou forte crescimento em 2021, alcançando 256. A partir de então, o indicador caiu consecutivamente, chegando a 237 em 2022 e 221 em 2023. Apesar das flutuações, o município encerra o período com uma redução em relação a 2019, o que pode indicar retração na oferta educacional pública (Gráfico 7).

A RI Rio Caeté mostrou comportamento similar, iniciando com 243 vagas em 2019 e encerrando 2023 com 216. O Pará, por sua vez, apresentou a menor oferta relativa, com 211 vagas em 2019 e queda contínua até atingir 198 vagas por mil habitantes em 2023. Embora Santa Luzia ainda mantenha a maior taxa de oferta, a tendência de queda, alinhada ao comportamento estadual, sinaliza um possível desaquecimento na expansão da rede pública de ensino (Gráfico 7).

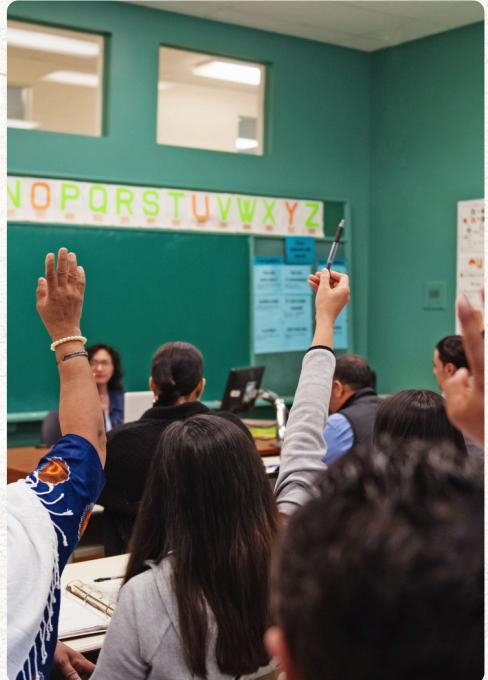
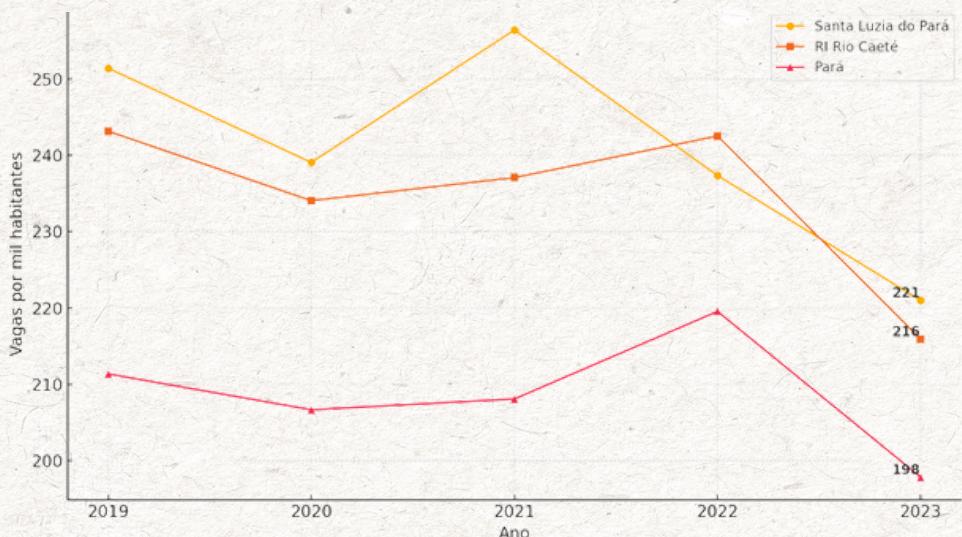




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 221 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

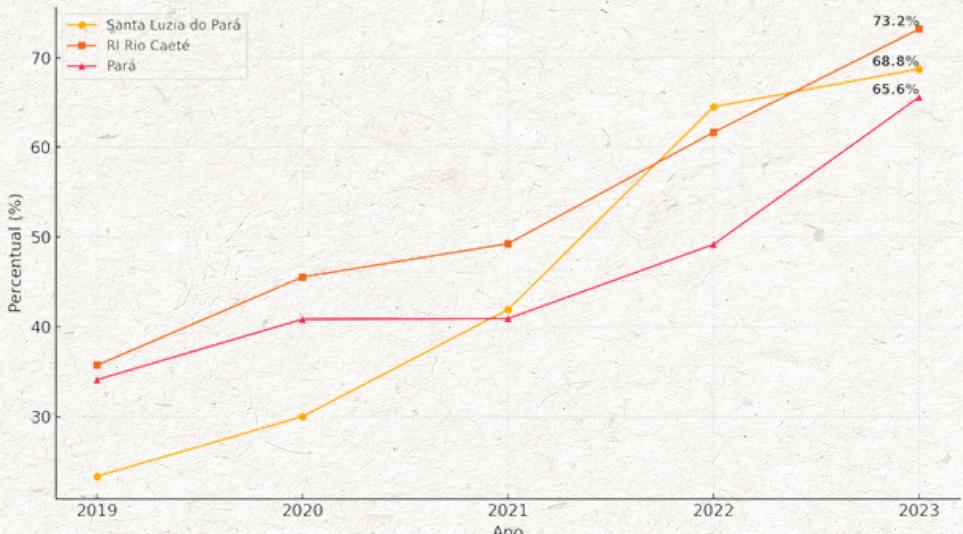
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Santa Luzia do Pará apresentou expressivo avanço nesse indicador, partindo de apenas 23,6% das escolas com acesso à internet em 2019 para 68,8% em 2023. O crescimento mais acelerado ocorreu entre 2021 (41,5%) e 2022 (64,6%), demonstrando um esforço significativo de inclusão digital nas unidades de ensino. Apesar de uma leve desaceleração no último ano, o avanço acumulado é substancial (Gráfico 8).

A RI Rio Caeté também avançou de forma constante, iniciando com 35,6% em 2019 e chegando a 73,2% em 2023, superando Santa Luzia no fim da série. O Pará apresentou trajetória semelhante, partindo de 34,2% em 2019 e alcançando 65,6% em 2023. Esse indicador revela uma tendência positiva generalizada, com destaque para os ganhos em Santa Luzia e na RI, embora ainda haja espaço para alcançar a universalização do acesso (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



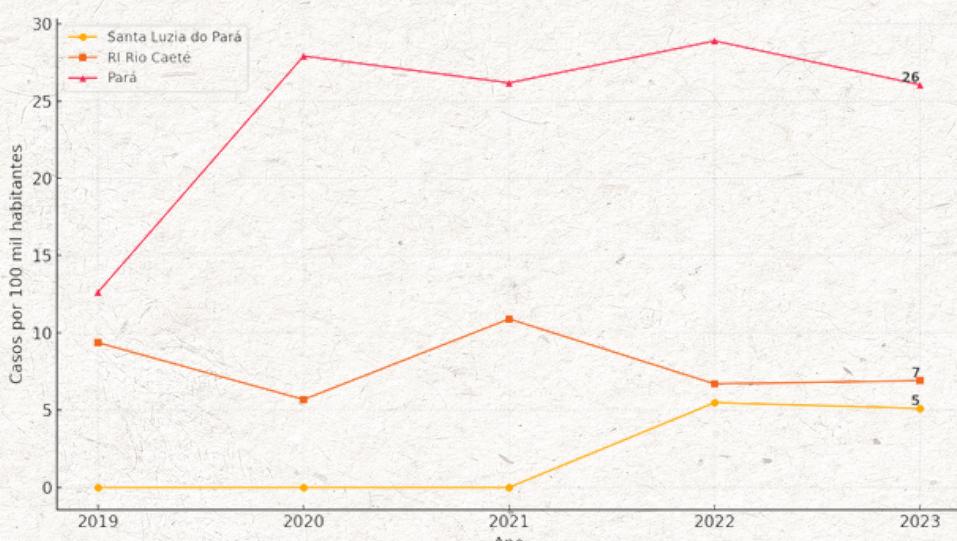
Violência Contra a Mulher por Parceiros

Em Santa Luzia do Pará, o número de casos notificados de violência contra a mulher por parceiros permaneceu zerado entre 2019 e 2021. A partir de 2022, observou-se um aumento com registro de 5,4 casos por 100 mil habitantes, mantendo-se praticamente estável em 2023, com 5,1 casos. Apesar do crescimento recente, o município continua apresentando taxas significativamente inferiores às demais regiões, o que pode indicar tanto subnotificação quanto diferenças reais na ocorrência dos casos (Gráfico 9).



Na RI Rio Caeté, o comportamento foi mais instável, com 9,4 casos em 2019, queda para 5,7 em 2020, aumento para 10,9 em 2021 e nova redução para 7,0 em 2022 e 2023. Já no estado do Pará, o indicador cresceu de forma acentuada, de 12,6 em 2019 para 28,4 em 2021, seguido de um pequeno recuo para 26,0 em 2023. A elevação dos casos em nível estadual reflete maior visibilidade do tema e possível avanço na rede de denúncias, enquanto Santa Luzia ainda apresenta padrões que requerem análise contextual mais aprofundada (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

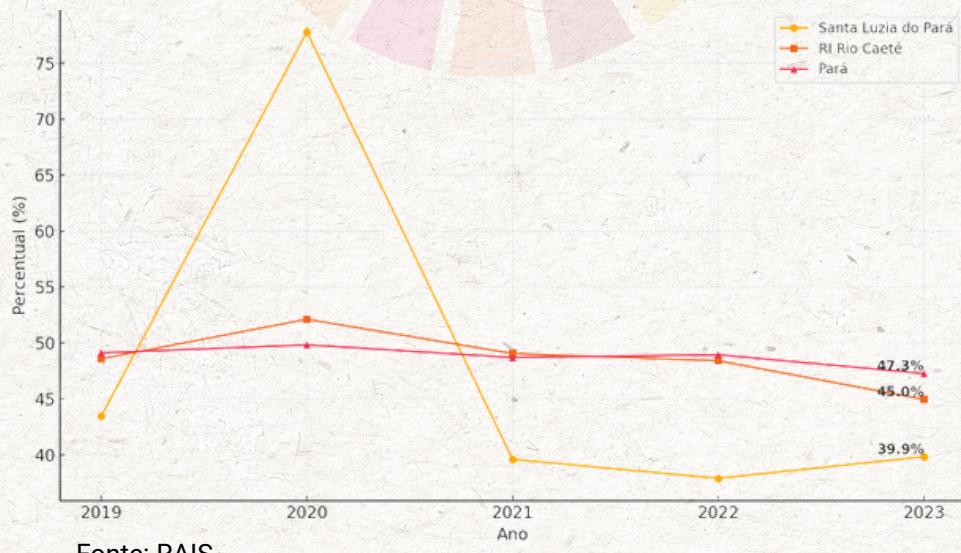
Santa Luzia do Pará apresentou forte variação nesse indicador. Em 2019, 43,5% dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres, seguido por um salto expressivo para 77,3% em 2020. No entanto, essa participação sofreu queda acentuada nos anos seguintes: 39,7% em 2021, 37,9% em 2022 e leve recuperação para 39,9% em 2023. Isso revela instabilidade na presença feminina em posições de liderança no município, sugerindo a ausência de políticas consistentes de equidade de gênero (Gráfico 10).





Na RI Rio Caeté, a participação feminina foi mais estável, com 49,0% em 2019, chegando a 52,1% em 2020, e declinando gradualmente até 45,0% em 2023. O estado do Pará manteve patamares semelhantes, com 48,7% em 2019 e recuo para 47,3% em 2023. Embora os dados do estado e da região revelem uma ocupação equilibrada entre gêneros, o recuo em Santa Luzia nos últimos anos sugere um retrocesso na participação feminina de espaços estratégicos no mercado de trabalho local (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Santa Luzia do Pará, o acesso da população de baixa renda à coleta de esgoto manteve-se extremamente baixo. Em 2019 e 2020, o percentual era de apenas 0,5%, subindo lentamente para 0,6% em 2021, 0,9% em 2022 e 1,1% em 2023. Apesar da leve melhora, o índice continua sendo alarmantemente inferior, indicando deficiência crônica na universalização do saneamento básico, sobretudo entre os mais vulneráveis (Gráfico 11).

A RI Rio Caeté apresentou valores também baixos, embora um pouco superiores aos do município: 1,1% de 2019 a 2021, com aumento para 1,3% em 2023. Já o Pará mostrou evolução significativa, com 7,0% em 2019 e crescimento contínuo até 11,5% em 2023. A discrepância entre o estado e o município evidencia que Santa Luzia e sua região de integração estão defasadas na garantia de direitos básicos para a população de baixa renda, especialmente no tocante ao saneamento (Gráfico 11).

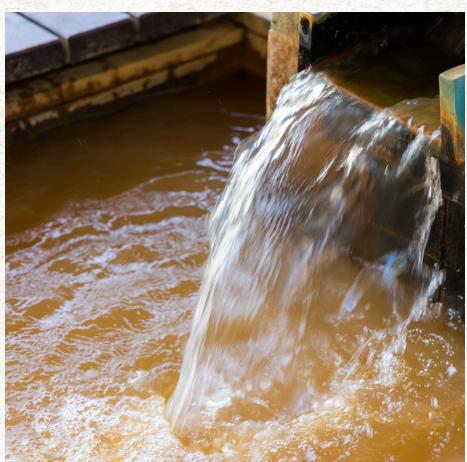
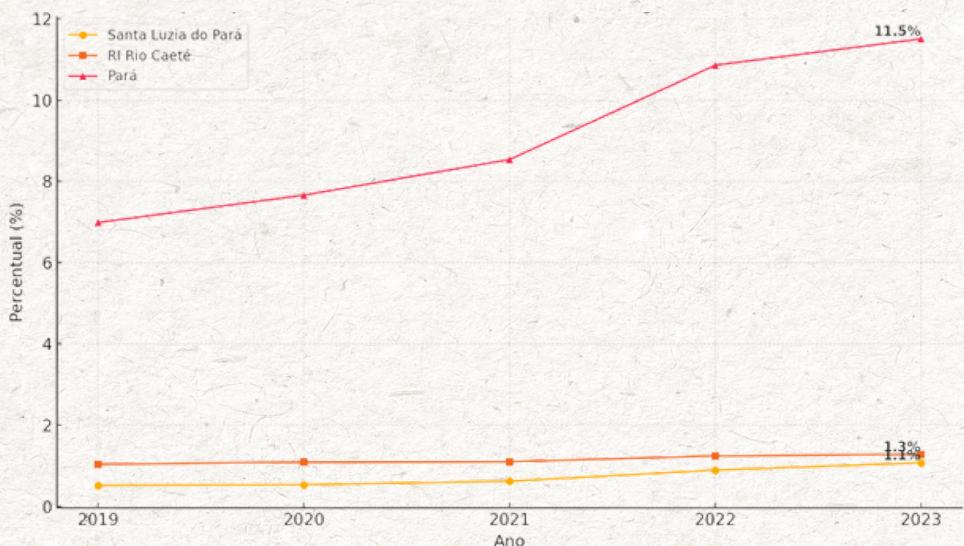




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

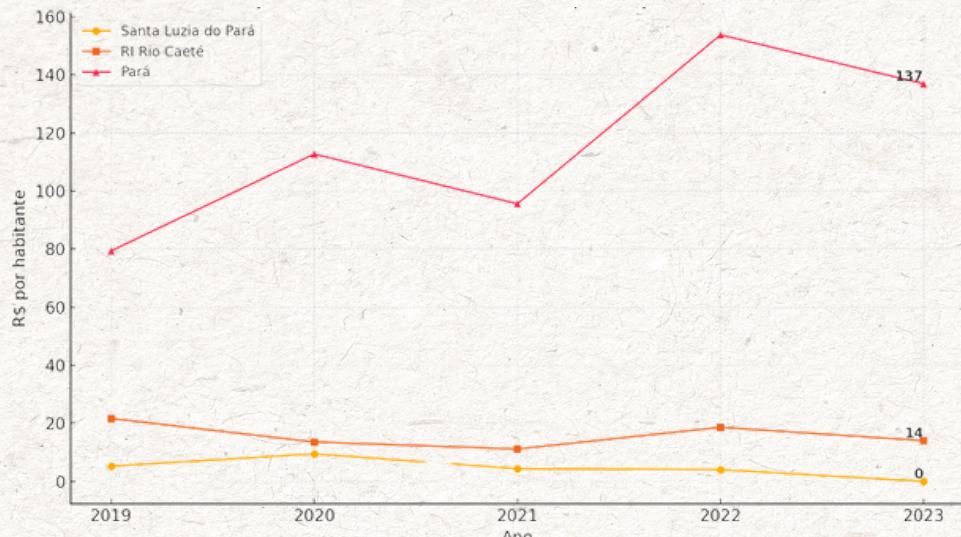
Santa Luzia do Pará apresentou baixos níveis de investimento per capita em saneamento básico ao longo do período analisado. Em 2019, o gasto foi de R\$ 5,2, subindo para R\$ 10,5 em 2020 e caindo novamente para R\$ 4,8 em 2021. Houve um pequeno aumento para R\$ 5,0 em 2022, seguido de queda acentuada para R\$ 0,0 em 2023. Esse dado final é especialmente preocupante, indicando ausência total de investimento municipal em saneamento naquele ano (Gráfico 12).

Na RI Rio Caeté, os valores também oscilaram, partindo de R\$ 21,6 em 2019, caindo para R\$ 13,4 em 2020, e encerrando em R\$ 14,0 em 2023. Já o estado do Pará demonstrou investimentos bem mais robustos e crescentes: de R\$ 79,2 em 2019 para R\$ 137,1 em 2023, com pico de R\$ 152,2 em 2022. A comparação evidencia um abismo no comprometimento com saneamento entre Santa Luzia e o estado como um todo, revelando vulnerabilidades importantes no investimento público municipal (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

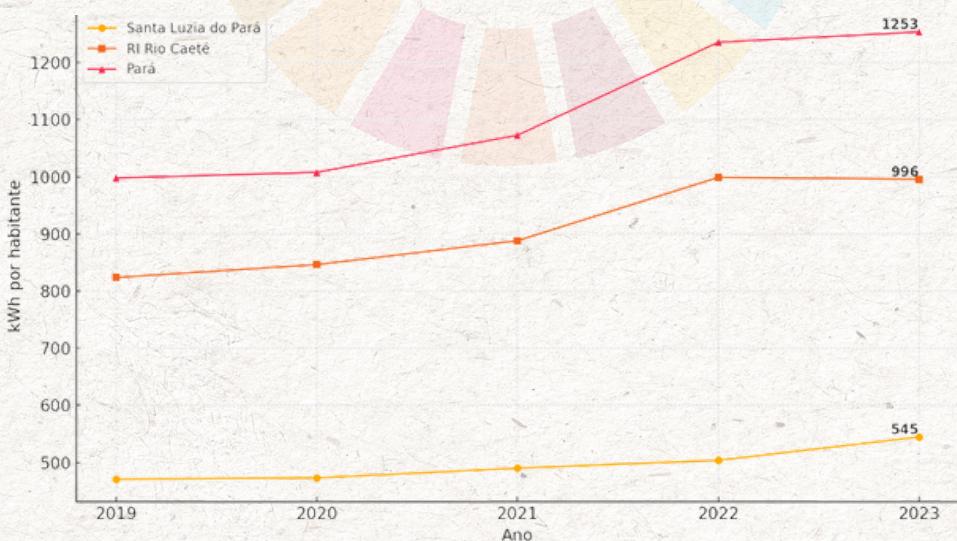


Em Santa Luzia do Pará, o consumo de energia elétrica per capita aumentou de forma gradual ao longo do período. Em 2019, o consumo era de 469 kWh/hab., mantendo-se praticamente estável em 2020 (470), e crescendo para 488 em 2021, 504 em 2022 e finalmente alcançando 545 kWh/hab. em 2023. Apesar da tendência de crescimento, o nível de consumo ainda é bastante inferior ao da RI e do estado, o que pode refletir limitações de infraestrutura elétrica e baixo poder de consumo da população (Gráfico 13).



Na RI Rio Caeté, o consumo foi superior ao do município e apresentou uma curva de crescimento mais acentuada, passando de 829 kWh/hab. em 2019 para 996 em 2022 e 2023. No estado do Pará, o comportamento foi ainda mais expressivo, com avanço de 999 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. Essa diferença destaca a defasagem do município em relação ao acesso e ao uso de energia elétrica, fator crucial para a qualidade de vida e desenvolvimento local (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 545 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

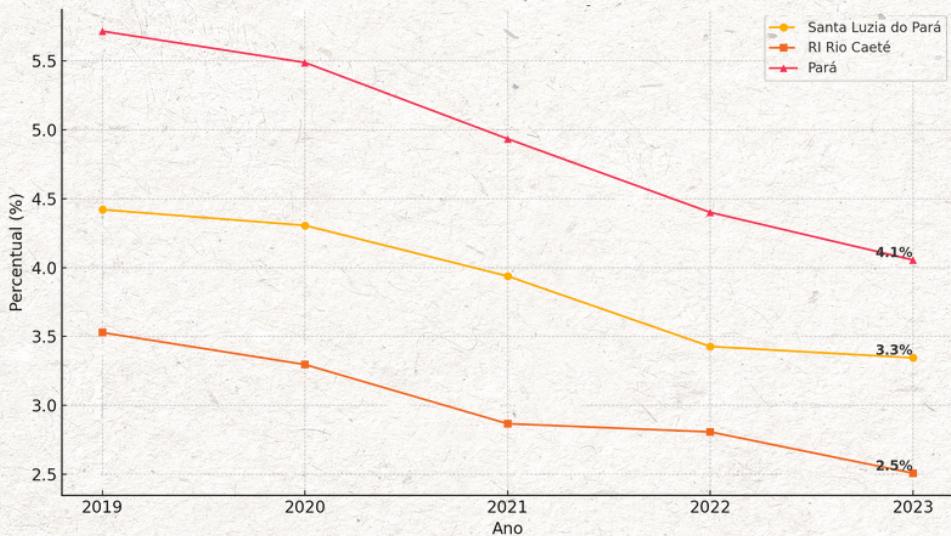
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Santa Luzia do Pará, a proporção de domicílios de baixa renda que utilizavam iluminação de origem fóssil caiu de forma consistente entre 2019 e 2023. O indicador partiu de 4,4% em 2019, recuando levemente para 4,3% em 2020 e depois para 3,9% em 2021, 3,4% em 2022 e 3,3% em 2023. Essa redução contínua aponta para um avanço importante na substituição de fontes de energia mais precárias por alternativas mais seguras e sustentáveis (Gráfico 14).



Na RI Rio Caeté, o percentual também caiu, de 3,5% em 2019 para 2,5% em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 5,7% em 2019 e reduziu para 4,1% em 2023. Embora todos os níveis tenham apresentado melhora, Santa Luzia ainda registra uma taxa mais elevada que sua região de integração, o que indica que o município continua enfrentando desafios maiores no combate à pobreza energética, mesmo com os avanços observados (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

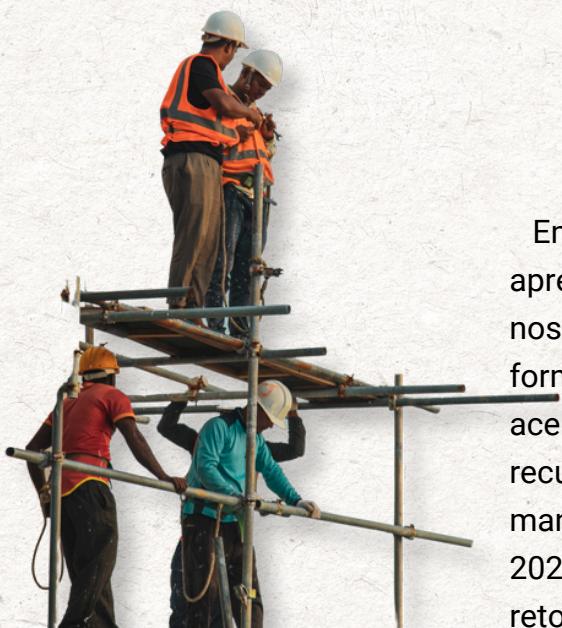


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



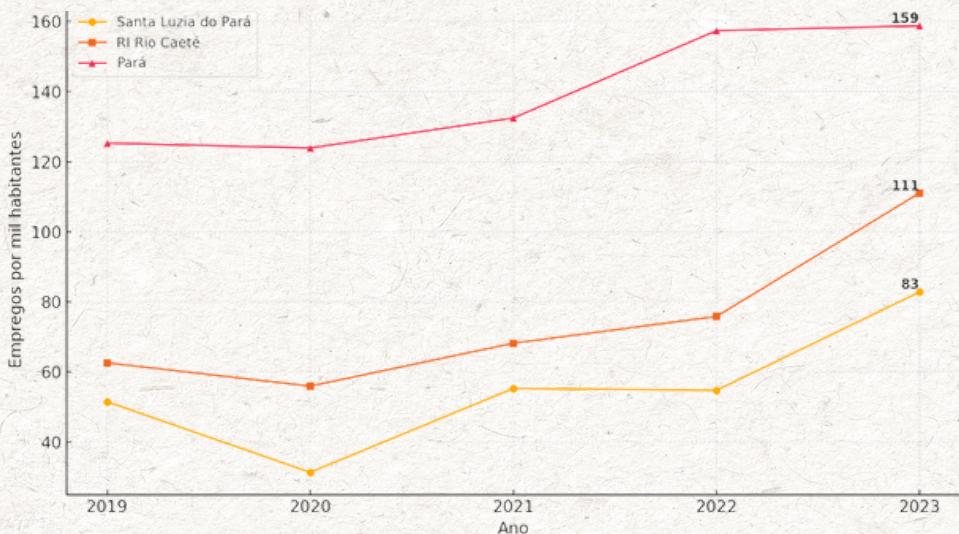
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na RI Rio Caeté, o indicador partiu de 63 em 2019, caiu para 56 em 2020 e teve crescimento progressivo até atingir 111 empregos formais por mil habitantes em 2023. O estado do Pará manteve os melhores desempenhos: partindo de 126 em 2019 e atingindo 159 em 2023. Apesar do progresso em Santa Luzia, o município ainda apresenta uma proporção de empregos formais inferior à da RI e do estado, o que sinaliza a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do setor formal e à inclusão produtiva (Gráfico 15).

Em Santa Luzia do Pará, a geração de empregos formais apresentou trajetória oscilante, mas com clara recuperação nos anos mais recentes. Em 2019, havia 51 empregos formais por mil habitantes, número que caiu acentuadamente para 32 em 2020. A partir de 2021, houve recuperação com 55 empregos por mil habitantes, mantendo-se nesse nível em 2022 e avançando para 83 em 2023. Essa evolução positiva no final do período sugere retomada econômica e fortalecimento do mercado formal de trabalho no município (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

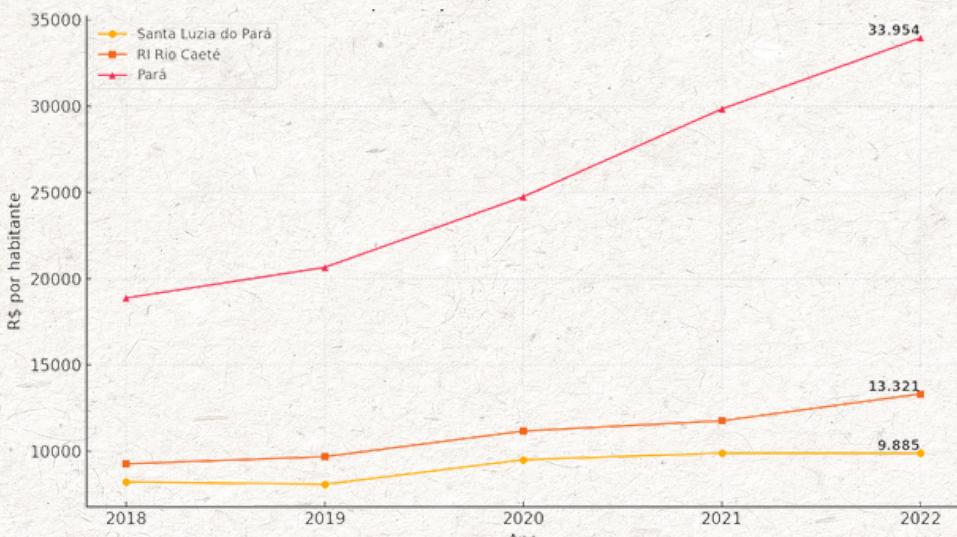
Em Santa Luzia do Pará, o PIB per capita apresentou crescimento moderado entre 2018 e 2022. O valor era de R\$ 8.215 em 2018, manteve-se praticamente estável em 2019 (R\$ 8.151), e passou a crescer de forma mais consistente nos anos seguintes: R\$ 9.582 em 2020, R\$ 9.818 em 2021 e R\$ 9.885 em 2022. Apesar da trajetória ascendente, o município ainda apresenta um dos menores PIBs per capita entre os níveis analisados, indicando limitações estruturais na geração de riqueza por habitante (Gráfico 16).



Na RI Rio Caeté, o crescimento foi um pouco mais expressivo, partindo de R\$ 9.259 em 2018 e chegando a R\$ 13.321 em 2022. Já o estado do Pará teve expansão acelerada, saindo de R\$ 18.842 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, mais do que dobrando o valor nesse intervalo. Esse contraste reforça o descompasso entre Santa Luzia e o desempenho estadual, destacando a necessidade de políticas de incentivo à atividade econômica local e à diversificação produtiva (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9.885/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



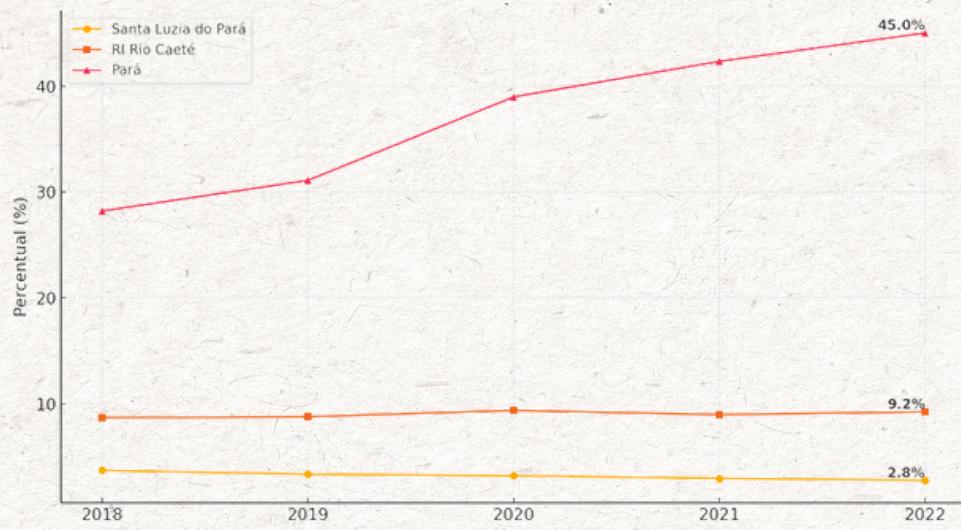
Santa Luzia do Pará apresentou uma participação reduzida e em queda da indústria em seu PIB, passando de 3,4% em 2018 para 2,8% em 2022. Os dados mostram uma redução contínua: 3,0% em 2019, 2,9% em 2020 e 2,8% nos dois anos seguintes. Esses valores revelam a baixa representatividade do setor industrial na economia local, o que indica forte dependência de setores como agropecuária ou administração pública (Gráfico 17).

A RI Rio Caeté manteve valores estáveis, variando entre 8,9% e 9,2% no período, com ligeiro aumento em 2022. Já o Pará teve crescimento expressivo da participação industrial: de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022. Esse avanço estadual contrasta com a estagnação do município, destacando a ausência de inserção industrial local no processo de crescimento econômico mais amplo do estado (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Santa Luzia do Pará, a presença de profissionais da ciência por 100 mil habitantes oscilou ao longo do período. Em 2019, o município contava com 5,1 profissionais, mas esse número caiu para 3,1 em 2020. Em 2021 houve recuperação para 6,5, seguida de nova queda para 4,0 em 2022, encerrando 2023 com 11,0 profissionais por 100 mil habitantes o maior valor da sé-



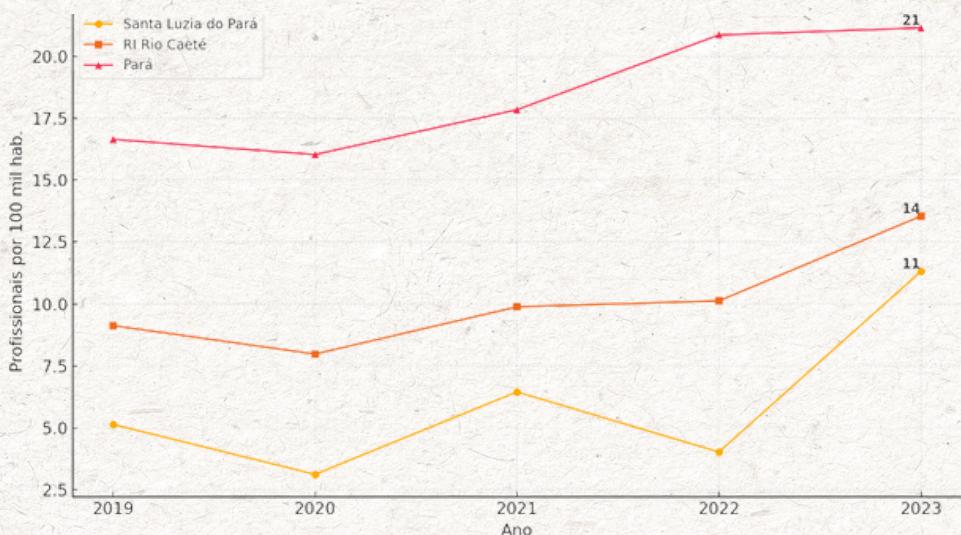
rie. Apesar das oscilações, o salto em 2023 representa avanço na qualificação da força de trabalho técnico-científica local (Gráfico 18).

Na RI Rio Caeté, a evolução foi mais consistente: partiu de 9,2 em 2019, oscilou levemente, e atingiu 13,8 profissionais em 2023. O estado do Pará apresentou os maiores valores absolutos e crescimento contínuo, de 16,8 em 2019 para 21,0 em 2023. Ainda que Santa Luzia tenha evoluído, permanece abaixo dos padrões regional e estadual, o que aponta para a necessidade de políticas de retenção e atração de profissionais qualificados (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles



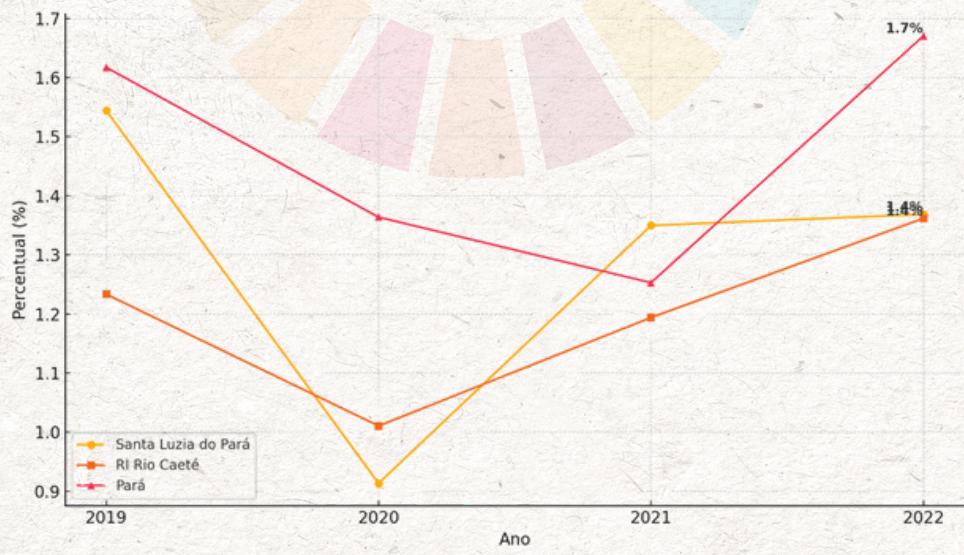


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Santa Luzia do Pará teve um recuo inicial na massa salarial formal como proporção do PIB, passando de 1,54% em 2019 para apenas 0,91% em 2020. Nos anos seguintes, houve recuperação: 1,35% em 2021 e leve alta para 1,4% em 2022. Essa trajetória reflete os impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho formal e a posterior retomada, ainda que o patamar atual seja inferior ao de 2019 (Gráfico 19).

Na RI Rio Caeté, o indicador seguiu comportamento semelhante: 1,23% em 2019, queda para 1,00% em 2020 e alta para 1,37% em 2022. No estado do Pará, os valores foram mais altos, variando de 1,62% em 2019 para 1,70% em 2022. A evolução estadual demonstra maior resiliência do mercado formal, enquanto Santa Luzia, apesar de avanços recentes, continua com participação inferior da massa salarial formal no PIB (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

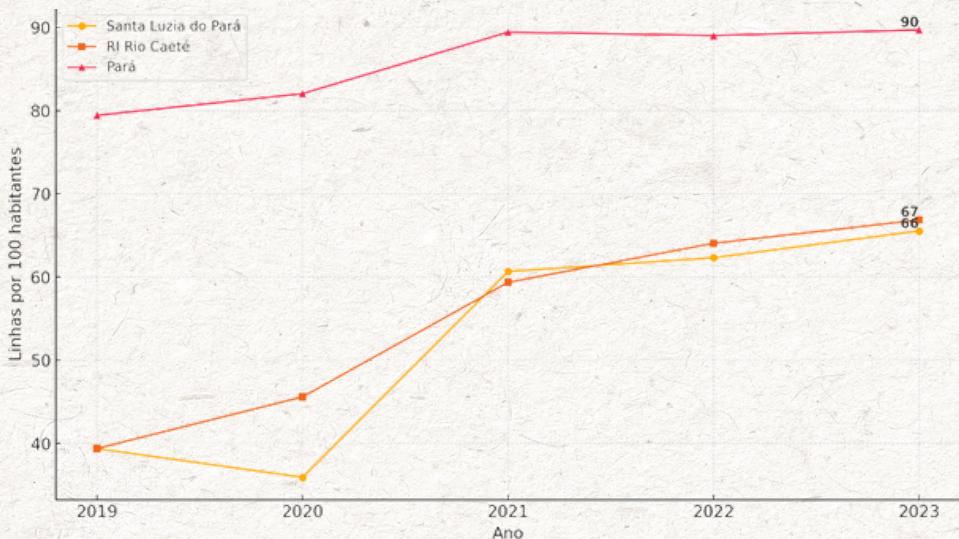
Em Santa Luzia do Pará, o acesso à telefonia móvel apresentou crescimento expressivo no período. Em 2019, o município registrava 39 linhas por 100 habitantes, valor que caiu para 36 em 2020. A partir de 2021, houve forte expansão, com 60 linhas por 100 habitantes, chegando a 63 em 2022 e 66 em 2023. O avanço evidencia melhorias na infraestrutura de telecomunicações e maior inserção digital da população local (Gráfico 20).

Na RI Rio Caeté, o indicador evoluiu de forma semelhante, partindo de 39 em 2019 para 67 em 2023. O estado do Pará, entretanto, manteve valores mais altos e estáveis, com 79 em 2019 e encerrando 2023 com 90 linhas por 100 habitantes. Apesar dos avanços, Santa Luzia ainda se encontra abaixo da média estadual, indicando que o município continua em processo de expansão do acesso à telefonia móvel (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

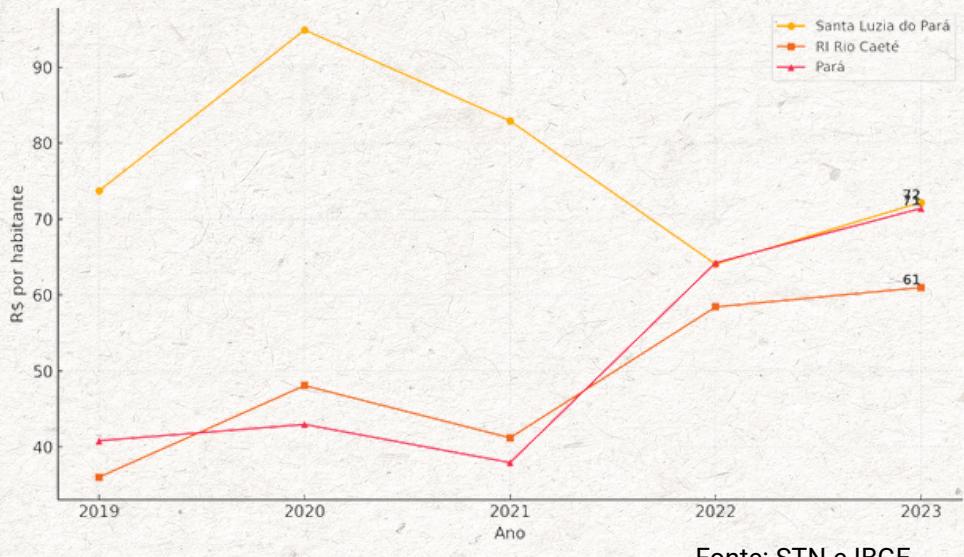
Santa Luzia do Pará apresentou variações significativas na despesa per capita com cultura e gestão ambiental. Em 2019, o gasto foi de R\$ 73,2, subindo para R\$ 94,9 em 2020, e depois caindo para R\$ 83,3 em 2021. O valor reduziu-se ainda mais em 2022, atingindo R\$ 64,4, e voltou a subir para R\$ 72,3 em 2023. Essas flutuações podem refletir oscilações orçamentárias e mudanças nas prioridades da gestão municipal ao longo dos anos (Gráfico 21).

A RI Rio Caeté apresentou valores inferiores aos do município em quase todos os anos, saindo de R\$ 35,6 em 2019 e chegando a R\$ 61,0 em 2023. Já o estado do Pará teve trajetória de crescimento mais contínua, partindo de R\$ 40,7 em 2019 e alcançando R\$ 71,3 em 2023. Santa Luzia, portanto, manteve-se entre os maiores gastos per capita nesse campo, demonstrando certo compromisso com a cultura e o meio ambiente (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 72,3/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





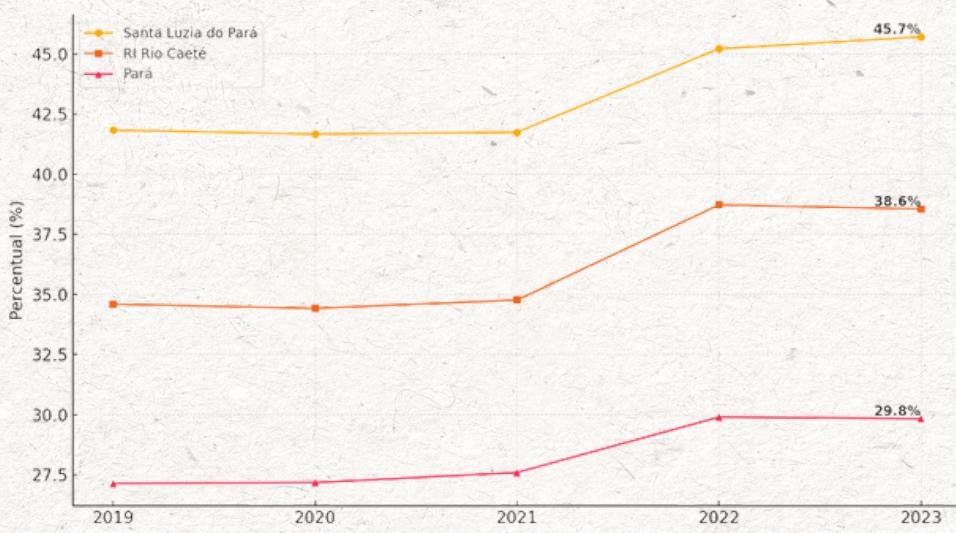
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Santa Luzia do Pará, o percentual da população de baixa renda que queima ou enterra lixo oscilou levemente entre 2019 (42,0%) e 2021 (42,0%), mas teve aumento considerável nos dois últimos anos: 45,3% em 2022 e 45,7% em 2023. Esse crescimento recente pode indicar falhas ou sobrecarga na cobertura da coleta regular de resíduos sólidos para populações vulneráveis (Gráfico 22).

A RI Rio Caeté teve comportamento se-

melhante, embora com percentuais um pouco menores, subindo de 34,6% em 2019 para 38,6% em 2023. O estado do Pará apresentou os menores índices, variando de 26,9% para 29,8% no mesmo período. O contraste reforça a persistência de práticas inadequadas de descarte de lixo entre os mais pobres em Santa Luzia e na região, revelando carências estruturais na prestação de serviços de saneamento básico (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

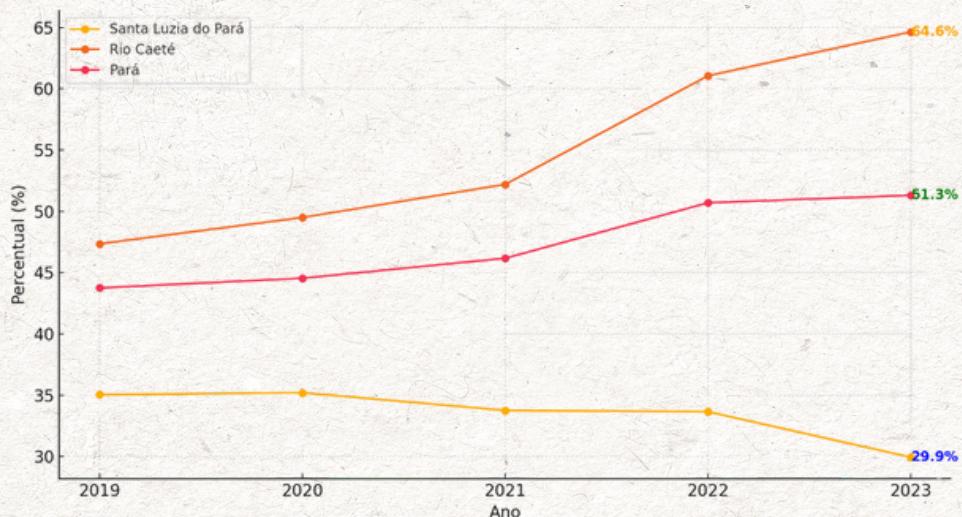


População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Santa Luzia do Pará, a parcela da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar como sistema de esgotamento apresentou ligeira queda no período. O índice se manteve em 35,1% entre 2019 e 2020, caiu para 33,8% em 2021 e 2022, e fechou 2023 em 29,9%. A redução gradual ao longo dos anos sinaliza algum avanço na melhoria das condições sanitárias, ainda que os valores permaneçam elevados (Gráfico 23).

Na RI Rio Caeté, ao contrário, o indicador cresceu significativamente: de 47,1% em 2019 para 64,6% em 2023. O estado do Pará também teve aumento, de 44,0% para 51,3% no mesmo período. Santa Luzia, portanto, destacou-se positivamente nesse aspecto, reduzindo a dependência de sistemas sanitários precários, enquanto a região e o estado avançaram em sentido oposto (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



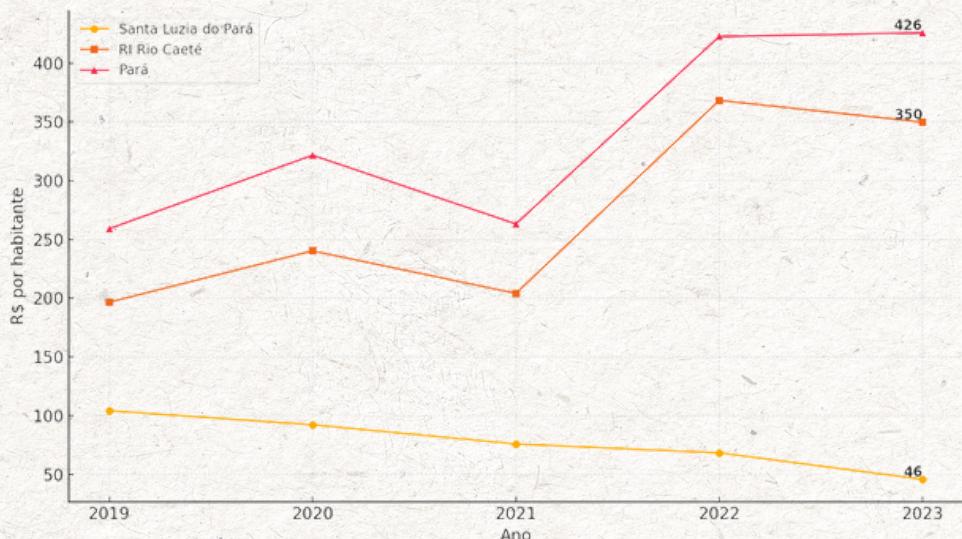
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Santa Luzia do Pará, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram uma trajetória descendente ao longo do período. Em 2019, o município investia R\$ 104 por habitante, valor que foi reduzido sucessivamente: R\$ 93 em 2020, R\$ 77 em 2021, R\$ 69 em 2022 e, finalmente, R\$ 46 em 2023. Essa queda acentuada sugere uma diminuição na priorização de ações preventivas diante de riscos naturais ou estruturais, o que pode representar vulnerabilidade frente a eventos climáticos extremos (Gráfico 24).



Na RI Rio Caeté, os valores foram bem superiores e com tendência de alta: de R\$ 197 em 2019 para R\$ 350 em 2023, com pico de R\$ 367 em 2022. O estado do Pará seguiu padrão semelhante, saltando de R\$ 260 em 2019 para R\$ 426 em 2023. A comparação evidencia que Santa Luzia ficou muito aquém da média regional e estadual, o que indica descompasso nas políticas de gestão de risco e prevenção local (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 46/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Santa Luzia do Pará manteve investimentos praticamente nulos em preservação aquática ao longo do período analisado. De 2019 a 2022, o município não registrou despesas per capita nessa área, apresentando apenas um pequeno valor em 2023: R\$ 3 por habitante. Esse desempenho revela a ausência de ações ou alocação orçamentária voltada à conservação de recursos hídricos e ecossistemas aquáticos no município (Gráfico 25).

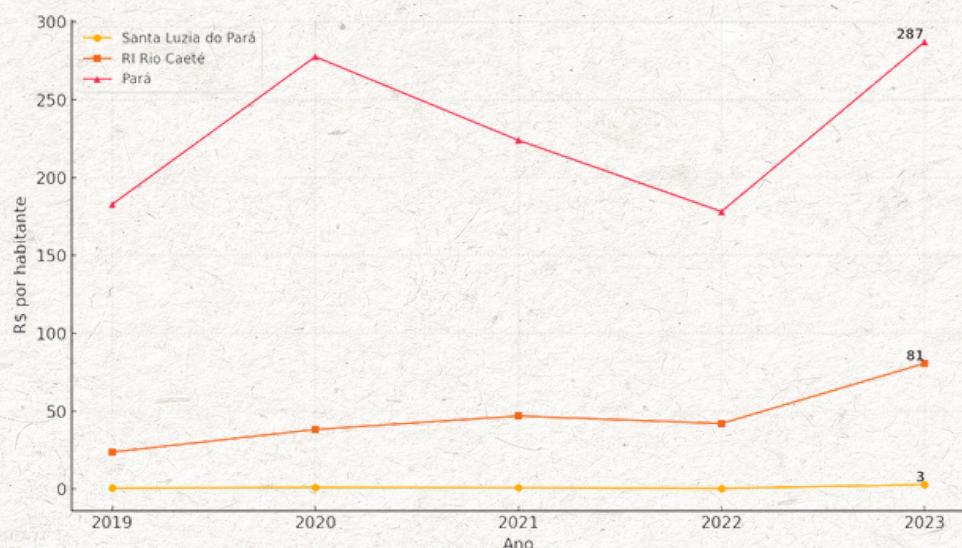
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Em contrapartida, a RI Rio Caeté apresentou crescimento gradual, indo de R\$ 24 em 2019 para R\$ 81 em 2023. O estado do Pará teve comportamento mais oscilante, mas com valores significativamente superior, encerrando o período com R\$ 287 por habitante. Os dados mostram que Santa Luzia praticamente não contribuiu com esforços ambientais relacionados a corpos hídricos, destoando de maneira marcante das outras esferas (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



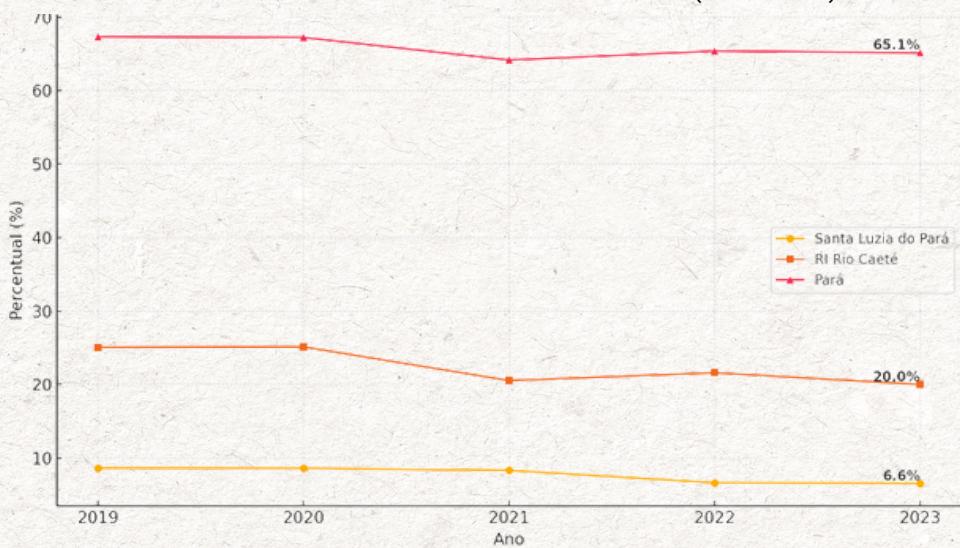
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Santa Luzia do Pará, a cobertura florestal representa uma fração pequena do território e sofreu leve retração nos últimos anos. O percentual manteve-se estável em 8,6% de 2019 a 2021, caiu para 7,1% em 2022 e atingiu 6,6% em 2023. Essa tendência de perda contínua, ainda que em patamar já baixo, é preocupante do ponto de vista da conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos (Gráfico 26).

A RI Rio Caeté registrou valores superiores, mas também apresentou declínio, de 25,1% em 2019 para 20,0% em 2023. O estado do Pará, apesar das pressões, manteve uma ampla cobertura florestal, caindo apenas de 67,3% em 2019 para 65,1% em 2023. Isso revela que Santa Luzia, além de ter pouca área florestal, segue uma trajetória de desmatamento que precisa ser revertida com políticas locais mais efetivas de preservação (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



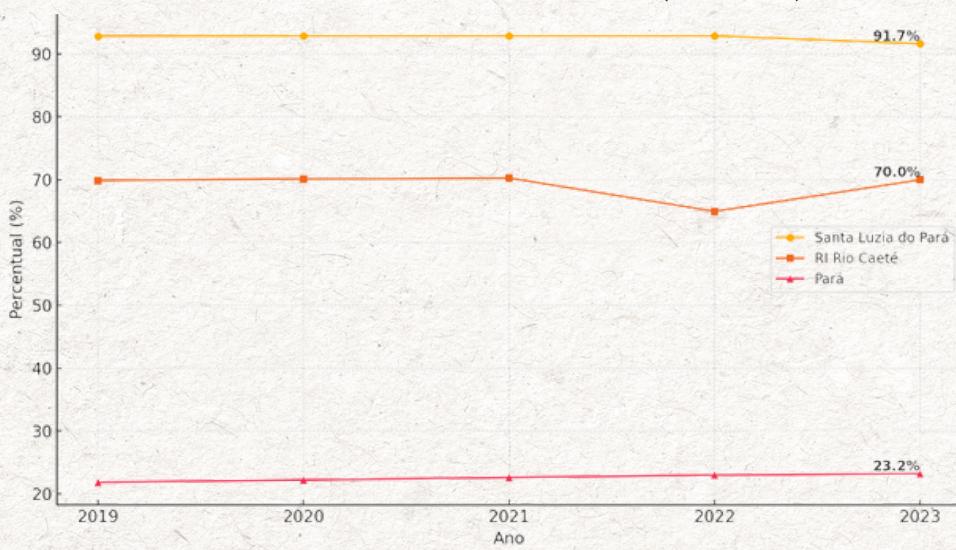
Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O indicador de desmatamento em Santa Luzia do Pará permaneceu em patamar extremamente elevado, beirando a totalidade do território. De 2019 a 2022, o percentual foi estável em 93,4%, com leve queda para 91,7% em 2023. Ou seja, mais de 90% da área municipal encontra-se desmatada, o que evidencia uma pressão ambiental extrema e histórico de conversão quase completa da vegetação nativa (Gráfico 27).

Na RI Rio Caeté, o percentual foi constante em 70,0% entre 2019 e 2021, caiu para 65,1% em 2022 e retornou a 70,0% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, apresentou o menor índice, crescendo levemente de 21,2% em 2019 para 23,2% em 2023. Assim, Santa Luzia do Pará destaca-se negativamente no cenário estadual, sendo um dos territórios com maior grau de supressão vegetal, o que agrava desafios ambientais e climáticos locais (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 91,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Santa Luzia do Pará registrou, durante todo o período analisado (2019 a 2023), uma taxa de trabalho infantil zerada ou seja, 0 casos por 100 mil habitantes. Esse dado constante pode refletir um cenário positivo de erradicação ou subnotificação dos casos de trabalho infantil. Ainda assim, é importante destacar que, mesmo sendo estatisticamente nulo, o dado deve ser interpretado com cautela, pois pode haver limitações na coleta ou registro local (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na Região de Integração Rio Caeté, observou-se uma queda significativa do indicador: de 49,9 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 7,1 em 2023. No estado do Pará, a redução também foi expressiva, passando de 39,7 em 2019 para 11,3 em 2023. Esses dados apontam para avanços consistentes na diminuição do trabalho infantil em toda a região, com destaque para Santa Luzia, cuja taxa se manteve em zero, superando os demais níveis territoriais (Gráfico 28).

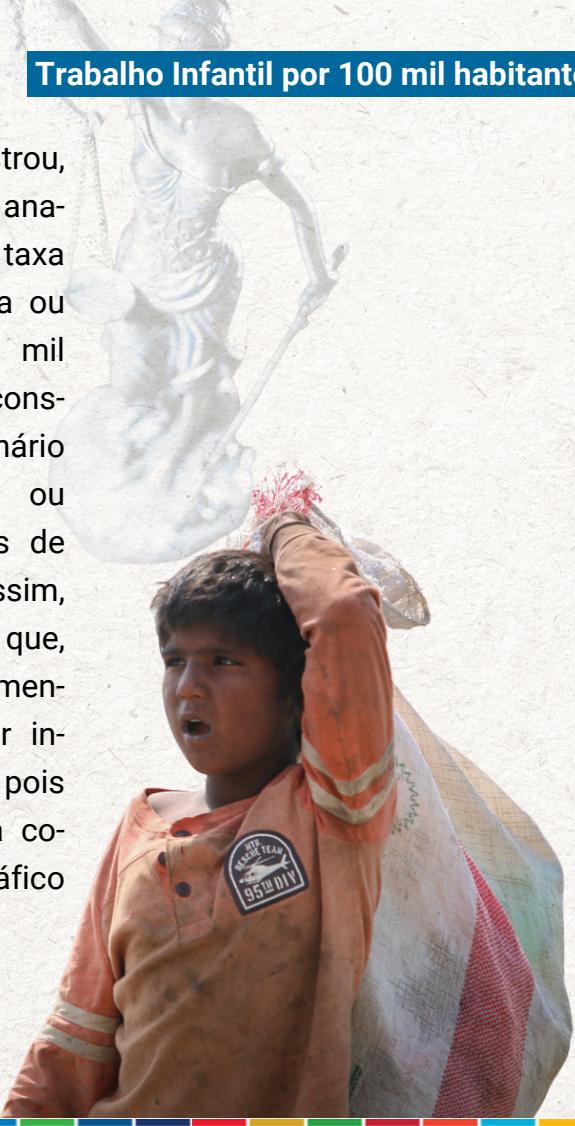
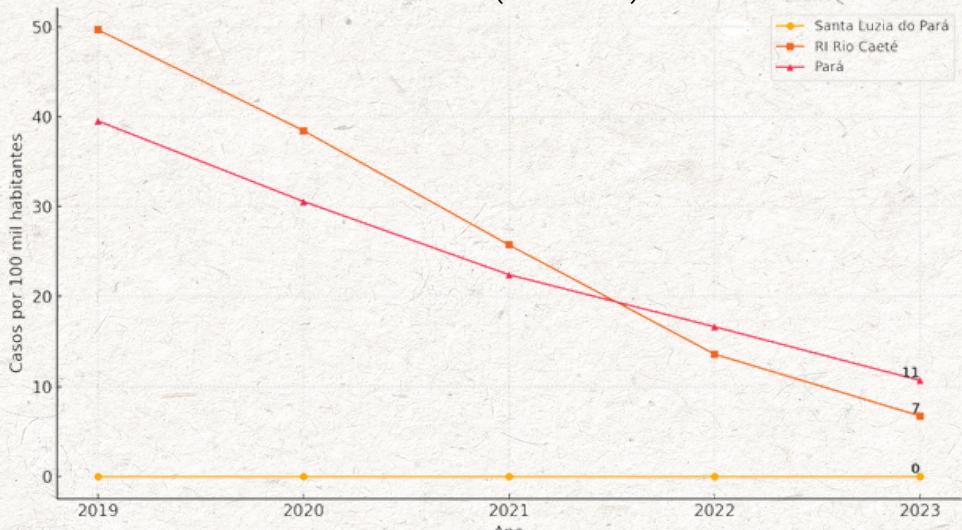




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

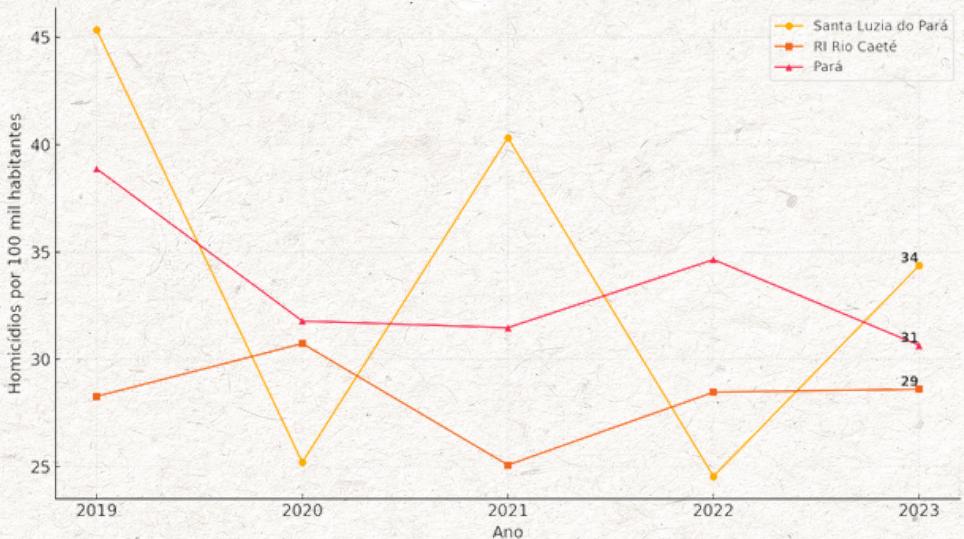
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Santa Luzia do Pará apresentou oscilações significativas na taxa de homicídios entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrou um valor elevado, 45,3 homicídios por 100 mil habitantes, seguido de uma forte queda em 2020, com 25,2. No entanto, houve novo aumento em 2021 para 40,3, uma queda novamente em 2022 para 24,1, e finalmente uma elevação em 2023 para 34,3. O comportamento revela instabilidade na segurança pública local, com picos que exigem atenção das autoridades (Gráfico 29).

Na RI Rio Caeté, os valores foram mais estáveis, variando de 28,2 em 2019 para 29,1 em 2023, com um pico de 31,0 em 2020. No estado do Pará, a taxa iniciou em 39,0 e caiu para 30,7 no final do período. Isso indica uma redução gradual no cenário estadual, enquanto Santa Luzia apresenta oscilações bruscas e, por vezes, taxas superiores às dos demais níveis. Isso reforça a necessidade de políticas públicas mais efetivas de combate à violência no município (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





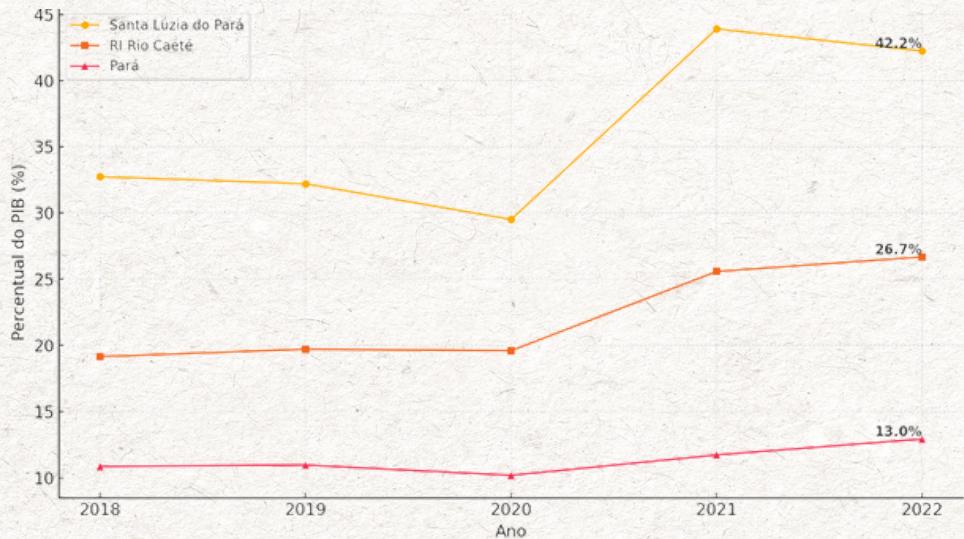
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, Santa Luzia do Pará apresentou variações significativas no indicador “Gasto Público Municipal como Percentual do PIB”. Em 2018, o município destinava 32,9% do seu PIB para gastos públicos, valor que se manteve relativamente estável em 2019 (32,3%), mas sofreu queda em 2020, atingindo 29,5%. A partir de 2021, houve um salto expressivo para 44,0%, seguido de uma leve redução em 2022, finalizando o período com 42,2%. Esse comportamento revela um aumento da participação do setor público municipal na economia local, especialmente após 2020, possivelmente impulsionado por medidas de enfrentamento à pandemia ou

aumento de transferências governamentais (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador apresentou trajetória de crescimento mais gradual: de 19,1% em 2018 para 26,7% em 2022. Já no estado do Pará, os valores foram mais baixos ao longo de todo o período, iniciando em 10,9% em 2018 e atingindo 13,0% em 2022, com estabilidade relativa entre os anos. Comparativamente, Santa Luzia se manteve sempre acima das médias regional e estadual, indicando maior dependência ou protagonismo da atuação pública na economia local frente aos demais níveis territoriais (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



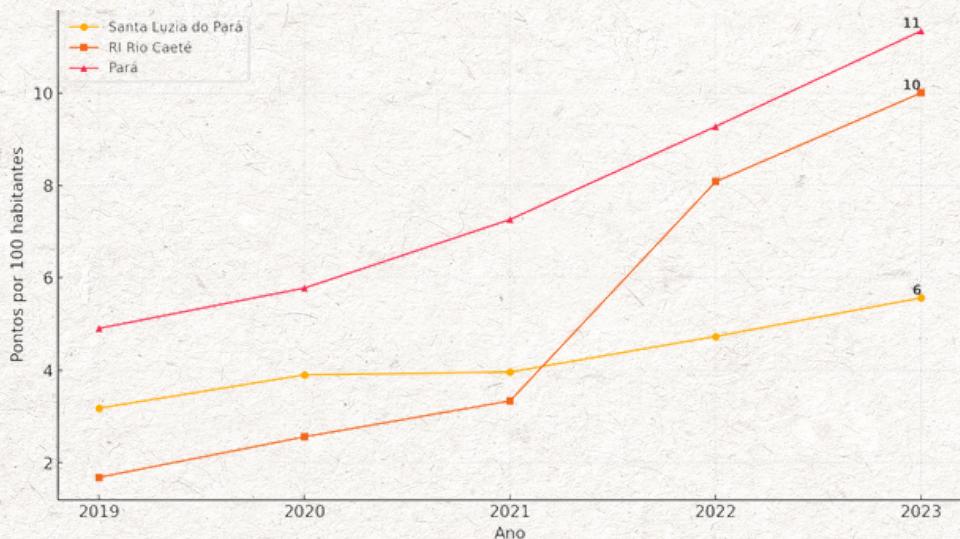
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Santa Luzia do Pará apresentou crescimento contínuo, embora em ritmo mais moderado que os demais níveis territoriais. Em 2019, o município registrava 3,2 pontos de acesso por 100 habitantes, subindo para 3,9 em 2020 e 4,0 em 2021. A partir de 2022, o avanço foi um pouco mais acentuado, alcançando 4,8 e, finalmente, 6,0 pontos por 100 habitantes em 2023. Apesar da evolução positiva, os números indicam que o município ainda possui um acesso limitado em relação às demais regiões, o que pode comprometer a

inclusão digital da população (Gráfico 31).

Na Região de Integração Rio Caeté, a expansão foi mais expressiva: partiu de 1,7 em 2019, subiu para 2,5 em 2020, 3,3 em 2021, saltou para 8,1 em 2022 e atingiu 10,0 em 2023. Já o estado do Pará mostrou crescimento contínuo e robusto, iniciando com 5,0 pontos por 100 habitantes em 2019 e chegando a 11,0 em 2023. Assim, enquanto Santa Luzia do Pará registra melhorias no indicador, permanece com desempenho abaixo da média regional e estadual, reforçando a necessidade de políticas públicas que incentivem a expansão da infraestrutura digital no município (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

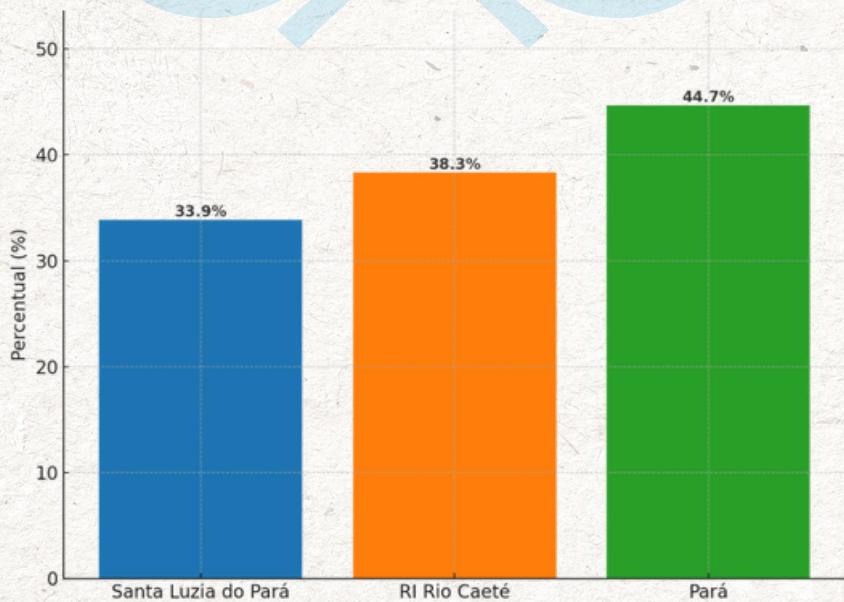
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Santa Luzia do Pará** registrou um IDS de **33,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Luzia do Pará x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



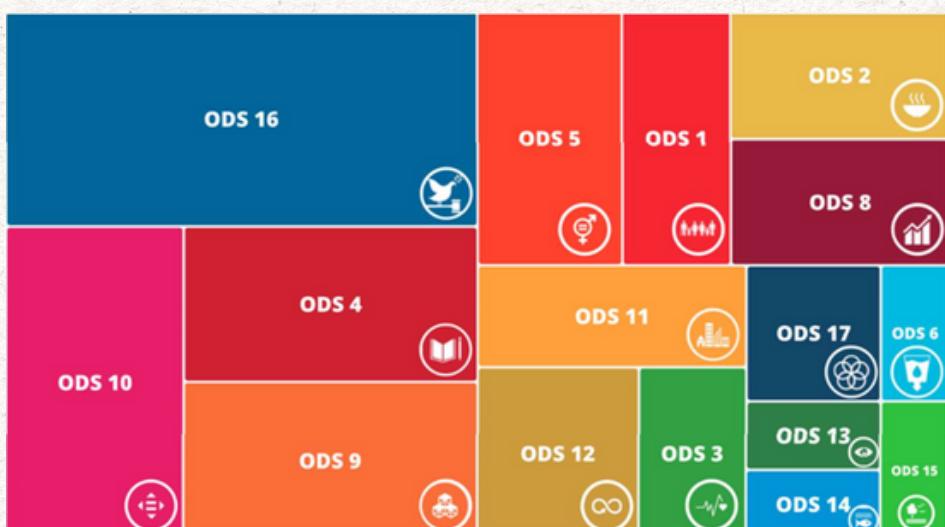
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Santa Luzia do Pará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Santa Luzia do Pará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

